

100 | ATIVIDADE DE COMPLEXIDADE GERENCIAL – NS

**(101) Direito | (102) Tecnologia da Informação | (103) Ciências Contábeis |
(104) Administração/Gestão Pública/Administração Pública/Engenharia da Produção |
(105) Qualquer área de formação**

Data da prova:

Domingo, 17/8/2025

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões da prova objetiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Atitude é o que faz a diferença.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas, somente quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para realização das provas.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

PROVA OBJETIVA

SIGLAS UTILIZADAS NA PROVA

ANPD: Autoridade Nacional de Proteção de dados
LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

Questões de 1 a 8

Texto para responder às questões 1 e 2.

— Um robô é infinitamente mais confiável que uma babá humana. Na verdade, Robbie foi construído com uma única finalidade: ser o companheiro de uma criancinha. Toda a sua “mentalidade” foi construída com esse propósito. Para ele, é impossível não ser fiel, dedicado e gentil. Ele é uma máquina, uma máquina construída assim. É mais do que se pode dizer dos humanos. [...]

— Na época em que compramos Robbie, tivemos uma longa conversa sobre a Primeira Lei da Robótica. Você sabe que, para um robô, é impossível ferir um ser humano; que muito antes que algo possa dar errado a ponto de alterar a Primeira Lei, um robô ficaria completamente inoperante. É uma impossibilidade matemática. [...] A chance de qualquer coisa que seja dar errado com Robbie não é maior do que a chance de você ou eu de repente ficarmos loucos.

ASIMOV, Isaac, *Eu, robô* [livro eletrônico]. Tradução de Aline Storto Pereira. São Paulo: Aleph, 2015 482 Kb; ePUB, loc. 198.

QUESTÃO 1

No fragmento apresentado, para defender a confiabilidade do robô Robbie, a personagem se vale de um método discursivo predominantemente

- (A) narrativo, porque utiliza a descrição de personagens e a clara marcação temporal com verbos no passado.
- (B) descritivo, pois, em sua fala, apresenta características do robô Robbie.
- (C) expositivo, uma vez que estabelece comparação entre a máquina e os humanos.
- (D) injuntivo, dada a imposição de um juízo de valor socialmente consolidado.
- (E) argumentativo, diante do referencial técnico utilizado para sustentar seu ponto de vista.

QUESTÃO 2

Dados os sentidos do texto, assinale a alternativa que representa uma dedução, por coesão textual, para o conceito da “Primeira Lei da Robótica”.

- (A) “é impossível não ser fiel, dedicado e gentil”
- (B) “é impossível ferir um ser humano”
- (C) “É uma impossibilidade matemática”
- (D) “um robô ficaria completamente inoperante”
- (E) “É mais do que se pode dizer dos humanos”

Texto para responder às questões de 3 a 5.

A ideia de que as tecnologias digitais são ferramentas imparciais, livres de viés ou ideologia é desmontada à medida que autores demonstram como os fluxos de dados seguem padrões de dominação histórica, em que determinadas populações são sistematicamente invisibilizadas, exploradas ou controladas. O colonialismo de dados não apenas captura informações, mas reconfigura subjetividades e impõe novas formas de dependência tecnológica. No contexto da governança algorítmica, os corpos racializados, já historicamente alvos da necropolítica e da vigilância colonial, passam a ser modelados e disciplinados por sistemas automatizados que operam sob uma lógica extrativista e racializada. Há autores que não apenas desconstruem a ilusão da neutralidade tecnológica, mas também evidenciam o papel da tecnologia como um instrumento de poder, operando como um novo mecanismo de dominação algorítmica global, no qual os processos de colonialismo e racismo são automatizados e sofisticados sob o verniz da inovação digital.

ARAÚJO, Júlio; FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital*: por uma crítica hacker-fanoniana.

Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/57281/42901>>. Acesso em: 15 jul. 2025, com adaptações.

QUESTÃO 3

“Há autores que não apenas desconstruem a ilusão da neutralidade tecnológica, mas também evidenciam o papel da tecnologia como um instrumento de poder, operando como um novo mecanismo de dominação algorítmica global, no qual os processos de colonialismo e racismo são automatizados e sofisticados sob o verniz da inovação digital.”

Considerando os aspectos linguísticos do trecho, assinale a alternativa correta.

- (A) A forma verbal “Há” poderia ser corretamente substituída por **Existe**, visto que ambas são formas impessoais do verbo.
- (B) As relações sintáticas do período seriam preservadas caso o tempo das formas verbais “Há”, “desconstruem” e “evidenciam” fosse alterado para o pretérito: **Houveram, desconstruíram e evidenciaram**, marcando-se, de forma clara, o tempo em que a ação foi realizada.
- (C) A forma verbal no gerúndio “operando” indica uma ação contínua e retoma como sujeito “autores”.
- (D) A voz passiva analítica empregada no trecho seria corretamente transposta para a sintética da seguinte forma: **os processos de colonialismo e racismo automatizam-se e sofisticam-se**, garantindo-se, assim, concisão ao trecho.
- (E) Preservando-se as relações sintáticas do período, o termo “Há autores” poderia ser substituído por **Autores hão**.

QUESTÃO 4

“O colonialismo de dados não apenas captura informações, mas reconfigura subjetividades e impõe novas formas de dependência tecnológica.”

Sem prejuízo para a correção gramatical, a coesão e os sentidos do texto, assinale a alternativa que indica corretamente a reescrita do trecho apresentado.

- (A) A dominação de dados, além de capturar informações, reconfigura subjetividades e impõe novas formas de dependência tecnológica.
- (B) As colônias de dados não apenas capturam informações, assim como reconfiguram subjetividades e impõe novos formatos de dependência tecnológica.
- (C) A invasão de dados captura tanto informações quanto reconfigura subjetividades e impõe novos modelos de dependência tecnológica.
- (D) O controle de dados são responsáveis por capturar informações e reconfigurar subjetividades, mas também por impor novas regras de dependência tecnológica.
- (E) A propagação de dados não só captura informações e reconfigura subjetividades, impondo novas formas de dependência tecnológica.

QUESTÃO 5



Disponível em: <https://umbrasil.com/charges/?c=charge-03022018>.
Acesso em: 16 jul. 2025.

Considerando a charge e o texto anterior, é correto afirmar que entre eles se estabelece uma relação

- (A) contraditória, visto que utiliza a ironia para expressar um ponto de vista em oposição ao tema central do texto.
- (B) complementar, pois a charge funciona como um recurso visual que não apenas sintetiza, mas exemplifica o tema central do texto.

- (C) intertextual, haja vista o uso do mesmo tipo textual para abordar o assunto semelhante.
- (D) irônica, uma vez que, por meio da representação visual, utiliza-se a ironia para questionar o sentido do texto.
- (E) crítica, dado que a charge reflete uma crítica social que enriquece a análise do assunto do texto.

Texto para responder às questões 6 e 7.

A relação entre gêneros discursivos e complexidade textual é intrínseca, pois cada gênero, ao se adaptar às convenções que lhe são impostas, apresenta níveis de complexidade específicos. Assim, quando pensamos em produção automatizada de textos por LLM (*large language models*), a questão que se coloca é saber não apenas o nível de proficiência dessas ferramentas em produzir conteúdo que seja coerente e adequado às normas linguísticas, mas também a capacidade de se adaptar ao nível de complexidade textual exigida pelo gênero do discurso a ser gerado.

ANTONELLI, André Luis. Desafios de grandes modelos de linguagem generativa na reprodução de complexidade textual: um estudo com editoriais jornalísticos. *Texto Livre*, Belo Horizonte - MG, v. 18, p. e58530, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/58530/48333>>. Acesso em: 16 jul. 2025, com adaptações.

QUESTÃO 6

Com relação ao emprego do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) O emprego do acento grave é obrigatório em ambas as ocorrências e se justifica pela mesma regra: formas verbais seguidas de termos femininos no plural.
- (B) Na segunda ocorrência, em “adequado às normas linguísticas”, o acento grave é facultativo, dado o caráter generalista da expressão “normas linguísticas”.
- (C) Na primeira ocorrência, em “ao se adaptar às convenções”, o acento grave é obrigatório e se justifica pela regência indireta do verbo **adaptar** e pela definição do termo feminino “convenções”.
- (D) O emprego do acento grave no trecho “a capacidade de se adaptar” manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- (E) O emprego do acento grave estaria correto caso a frase “exigida pelo gênero do discurso a ser gerado” fosse assim reescrita: **exigida pelo gênero da comunicação à ser gerada**.

QUESTÃO 7

A vírgula empregada logo após

- (A) “intrínseca” introduz uma oração de natureza conclusiva.
- (B) “(*large language models*)” introduz uma oração de valor explicativo.
- (C) “impostas” separa trechos coordenados entre si.
- (D) “Assim” marca o deslocamento de um termo explicativo.
- (E) “gênero” introduz o deslocamento de uma oração de natureza adverbial.

QUESTÃO 8

OFÍCIO n. 10/2025/DG

Brasília, XX de julho de 2025.

Ao Senhor
[NOME 1]
Chefe de Gabinete
Ministério X
Esplanada dos Ministérios
Brasília – DF

Assunto: Semana de Proteção de Dados Pessoais.

Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete,

1 A Semana de Proteção de Dados Pessoais é uma iniciativa global e com o objetivo de apresentar conteúdos relevantes sobre o tema e informações sobre as atividades do Órgão. A ideia é incentivar a celebração da data, que se torna cada vez mais importante com o contínuo crescimento da sociedade em rede.

2 Tendo isso em vista, convido Vossa Excelência a participar da Semana de Proteção de Dados Pessoais, a ser realizada nos dias XX de agosto de 2025.

Respeitosamente,

[NOME 2]
Diretor-Geral

Considerando o exemplo de ofício apresentado, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Atributos como objetividade e clareza foram respeitados, visto que se verifica o uso de palavras e expressões simples em frases curtas e bem estruturadas.
- (B) Os pronomes de tratamento empregados no vocativo e no corpo do texto foram corretamente empregados, haja vista o destinatário ser uma autoridade superior ao signatário.
- (C) A descrição do assunto está em desacordo com o Manual, dada a recomendação de que, na frase que descreve o conteúdo do documento, deve-se empregar verbos no infinitivo.
- (D) O documento foi redigido de acordo com o padrão culto da língua, ao empregar termo rebuscado e jargão técnico.
- (E) O fecho empregado para saudar o destinatário está corretamente empregado, uma vez que as autoridades são de mesma hierarquia.

Área livre

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA
Questões de 9 a 16**QUESTÃO 9**

Acerca da organização administrativa da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização administrativa ocorre sempre entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica, com subordinação hierárquica.
- (B) A desconcentração corresponde ao fenômeno de criação de autarquias e fundações públicas para execução de atividades descentralizadas.
- (C) As entidades administrativas não podem ser extintas em virtude do princípio da continuidade do serviço público.
- (D) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e criadas diretamente por lei para execução de atividades típicas de Estado.
- (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração indireta e são pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 10

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a respeito do processo administrativo federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A imposição de sanções administrativas em medida superior à estritamente necessária é admitida, desde que fundamentada no interesse público.
- (B) É permitida a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, mesmo que em prejuízo do administrado.
- (C) A atuação administrativa deve atender a fins de interesse geral, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo se autorizada em lei.
- (D) Havendo a previsão legal de sigilo, será imprescindível a divulgação oficial dos atos administrativos.
- (E) A motivação da decisão administrativa prescinde da indicação dos pressupostos de fato e de direito que a determinarem.

QUESTÃO 11

Em relação aos deveres funcionais previstos na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor que representar contra abuso de poder deve fazê-lo pela via hierárquica, assegurando-se a ampla defesa ao representado.
- (B) O sigilo funcional abrange todos os assuntos da repartição, inclusive aqueles de interesse público.
- (C) O dever de assiduidade é dispensado em caso de exercício remoto, desde que haja produtividade comprovada.
- (D) O dever de urbanidade limita-se às interações com o público externo e não se aplica às pessoas internas à administração.
- (E) As irregularidades de que se tiver ciência em razão do cargo devem ser levadas ao conhecimento do Ministério Público.

QUESTÃO 12

A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos e elenca os princípios orientadores de atuação da Administração Pública. No que se refere a esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A dispensa de licitação não está sujeita aos princípios da isonomia nem aos princípios do julgamento objetivo.
- (B) A probidade administrativa e a competitividade não figuram entre os princípios expressos da lei.
- (C) O princípio da isonomia orienta a administração pública ao impor exigências diferenciadas para licitantes com maior capacidade financeira, com vistas ao nivelamento da disputa.
- (D) O princípio do planejamento nas contratações públicas consiste na escolha do critério de julgamento da licitação, dispensando estudos prévios referentes à necessidade do objeto.
- (E) A vedação à Administração de introduzir preferências subjetivas ou indevidas que coloquem determinados licitantes em vantagem sem justificativa ligada ao objeto é uma baliza do princípio da isonomia.

QUESTÃO 13

No que se refere ao sistema de governança e controle disposto no Decreto nº 11.246/2022 para a gestão e fiscalização de contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) O gestor do contrato é responsável única e exclusivamente pelo acompanhamento técnico da execução contratual, sendo as atividades administrativas delegadas ao fiscal administrativo.
- (B) A distinção entre as atividades técnicas, administrativas e setoriais não pode comprometer a efetividade da gestão contratual, ainda que essas funções possam ser desempenhadas por um único agente.
- (C) O fiscal técnico é o único responsável pelo recebimento definitivo do objeto do contrato, após verificar o cumprimento das obrigações técnicas pactuadas.
- (D) Os fiscais setoriais desempenham exclusivamente as atividades administrativas em locais descentralizados, sem competência para atuar na fiscalização técnica.
- (E) A designação de fiscais de contrato dispensa a formalização por ato da autoridade competente, por se tratar de mera prática interna da Administração.

Área livre

QUESTÃO 14

O Decreto nº 1.024/2019 regulamenta o pregão na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal. De acordo com esse ato normativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O pregão eletrônico não poderá ser substituído por pregão presencial, mesmo mediante justificativa prévia da autoridade competente que comprove inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão obrigadas a adotar integralmente as disposições desse Decreto, inclusive as do capítulo que trata da dispensa eletrônica.
- (C) A publicação do edital e eventuais modificações do respectivo conteúdo podem ser suspensas automaticamente mediante impugnações.
- (D) O valor estimado ou máximo aceitável para a contratação por meio de processo eletrônico poderá ser sigiloso, tornando-se público após o encerramento da etapa de lances, sem prejuízo da divulgação de outras informações necessárias às propostas.
- (E) No planejamento do pregão eletrônico, a escolha do critério de julgamento pelo maior desconto veda a adoção do critério de menor preço.

QUESTÃO 15

A respeito da duração dos contratos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Os contratos para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra têm prazo máximo improrrogável de cinco anos.
- (B) Os contratos para operação continuada de sistemas de TI têm vigência máxima de 35 anos.
- (C) Os contratos de fornecimentos e serviços contínuos podem ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 anos, desde que previsto em edital e que mantidas condições vantajosas.
- (D) A contratação com investimento realizado exclusivamente pelo contratado, com reversão de bens, pode ter prazo máximo de 10 anos.
- (E) O contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado não pode ter vigência superior a um ano.

Área livre

QUESTÃO 16

A Lei nº 14.133/2021 disciplina a utilização da Ata de Registro de Preços, estabelecendo regras para sua formação e adesão. Com base no texto legal, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a adesão de órgãos ou entidades federais a atas de registro de preço gerenciadas por órgãos ou entidades estaduais, distritais ou municipais.
- (B) Aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgão ou entidade não participante não precisam respeitar limitações percentuais nas adesões.
- (C) Para a adesão de órgãos ou entidades não participantes a uma ata de registro de preços, o valor contratado, obrigatoriamente, não deverá superar o limite orçamentário do órgão.
- (D) A aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo hospitalar por órgãos da administração pública poderá ser realizada, desde que respeite os limites legais.
- (E) Órgãos e entidades não participantes podem aderir a uma ata de registro de preços, desde que seja na vigência orçamentária do órgão gerenciador.

Área livre

CIDADANIA
Questões de 17 a 20**QUESTÃO 17**

A interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade”.

(HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça* – interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, v. 26, p. 61-73, 2014).

No que se refere à interseccionalidade e à imbricação das relações sociais, assinale a alternativa que indica corretamente como a vulnerabilidade de certos grupos se manifesta no "trabalho do *care*" (cuidado).

- (A) A vulnerabilidade no trabalho de cuidado é explicada exclusivamente pela questão de gênero, pois essa atividade é uma continuação do trabalho doméstico não remunerado, não sendo influenciada por fatores como raça ou classe social.
- (B) As opressões de gênero, raça e classe devem ser hierarquizadas para entender a vulnerabilidade, sendo a classe social o fator sempre determinante segundo a teoria da interseccionalidade.
- (C) A vulnerabilidade manifesta-se na sobreposição de marcadores sociais, uma vez que o trabalho de cuidado é majoritariamente realizado por mulheres de extratos sociais mais pobres e, frequentemente, imigrantes, demonstrando a imbricação de gênero, classe e raça.
- (D) Estudos demonstram que a vulnerabilidade no trabalho de cuidado é um fenômeno exclusivo de países com grande população imigrante, como a França, e não se aplica a contextos como o do Japão, onde a mão de obra é local.
- (E) A interseccionalidade não se aplica à análise de grupos vulneráveis como idosos e pessoas com deficiência, focando-se apenas nas identidades dos cuidadores.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa que indica corretamente a estrutura e os componentes do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai).

- (A) O Sitai é formado apenas por um órgão central, a Controladoria-Geral da União, que executa diretamente todos os programas e planos de integridade em cada órgão da Administração Pública federal.
- (B) O Sitai tem como órgão central a Controladoria-Geral da União e como unidades setoriais as assessorias especiais de controle interno, no caso da administração pública federal direta, que ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central.
- (C) O Sitai é composto por um órgão central, as ouvidorias federais, e por unidades setoriais, que são as corregedorias de cada entidade, responsáveis por aprovar o plano de integridade.
- (D) As unidades setoriais do Sitai, como as assessorias especiais de controle interno, são administrativamente subordinadas ao órgão central (Controladoria-Geral da União), perdendo o vínculo com o órgão ou entidade em que atuam.
- (E) O Sitai é composto por programas de integridade, planos de integridade e funções de integridade, que operam de forma independente em cada órgão, sem a necessidade de uma coordenação central.

QUESTÃO 19

De acordo com a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, assinale a alternativa que define como a legislação equilibra o princípio da publicidade com a necessidade de sigilo de certas informações, no âmbito do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal.

- (A) O Portal da Transparência não pode divulgar nenhuma informação acerca de servidores públicos ou contratos, pois são considerados sigilosos por natureza, e a publicidade se aplica apenas ao orçamento geral.
- (B) Os órgãos e entidades podem, de forma unilateral e sem justificativa, omitir do Portal da Transparência as informações que julgarem sigilosas, sendo responsáveis por publicar apenas o que consideram de interesse público.
- (C) Qualquer informação, uma vez inserida no Portal da Transparência, torna-se permanentemente pública, e a lei não prevê nenhum mecanismo para que os órgãos solicitem a restrição de publicação, mesmo em casos de sigilo legal.
- (D) Caso um órgão necessite restringir a publicação de uma informação sigilosa, ele deve solicitar a restrição à Controladoria-Geral da União, indicando o fundamento legal, e essa própria solicitação de restrição será tornada pública em uma seção específica do Portal.
- (E) A restrição de informações sigilosas no Portal é decidida exclusivamente pela Controladoria-Geral da União, por iniciativa própria, não sendo permitido que os órgãos e entidades solicitem a restrição de dados por eles produzidos ou custodiados.

QUESTÃO 20

De acordo com o Decreto nº 12.122/2024, assinale a alternativa que indica como ocorre a implementação e o monitoramento do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação nos diferentes níveis da Administração Pública Federal.

- (A) A implementação do programa é centralizada, sendo executada exclusivamente por meio de um plano federal instituído pela Controladoria-Geral da União, que se aplica uniformemente a todos os órgãos e entidades.
- (B) O programa é implementado por meio de um plano federal, definido pelo Ministério da Gestão, e de planos setoriais. No entanto, os planos setoriais são opcionais e dependem da adesão de cada órgão ou entidade.
- (C) O programa se aplica a servidores públicos federais e trabalhadores terceirizados de forma idêntica, e em caso de denúncia contra um terceirizado, a apuração é feita internamente pelo órgão público, sem a participação da empresa contratante.
- (D) A implementação depende exclusivamente de planos setoriais elaborados pelas autoridades máximas de cada órgão, não havendo um plano federal para nortear as ações.
- (E) O programa é constituído por um plano federal e por planos setoriais, em que os órgãos e as entidades têm um prazo de 120 dias, a partir da publicação do plano federal, para instituir os respectivos planos setoriais, que devem seguir as diretrizes e orientações do plano federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Considere que certo analista de segurança da informação tenha detectado uma atividade anômala em determinado servidor de banco de dados crítico, caracterizada por múltiplos acessos falhos seguidos por uma extração de dados bem-sucedida para um endereço IP externo não reconhecido. Nesse contexto, assinale a alternativa que corresponde ao próximo passo mais adequado e imediato a ser dado, segundo as melhores práticas de gestão e resposta a incidentes, como as descritas pelo NIST SP 800-61.

- (A) Iniciar imediatamente a fase de erradicação, desligando o servidor comprometido para prevenir danos adicionais.
- (B) Priorizar a fase de recuperação, restaurando o último *backup* do banco de dados para garantir a continuidade do negócio.
- (C) Proceder com a fase de contenção, isolando o servidor da rede para prevenir a propagação da ameaça enquanto se coletam evidências voláteis.
- (D) Concentrar na fase de lições aprendidas, convocando uma reunião com a equipe para discutir as falhas no sistema de detecção.
- (E) Acionar diretamente as autoridades policiais para que iniciem a investigação forense a respeito do ataque cibernético.

QUESTÃO 22

Uma organização precisa garantir a autenticidade, a integridade e o não repúdio de contratos digitais enviados a seus parceiros comerciais. A confidencialidade do conteúdo do contrato durante o trânsito não é a principal preocupação, mas a validação da origem e a garantia de que o documento não foi alterado são imperativas. O mecanismo criptográfico que atende de forma mais completa a esses três requisitos simultaneamente consiste em

- (A) aplicar uma assinatura digital no documento, que consiste em gerar um *hash* do documento e cifrar esse *hash* com a chave privada do remetente.
- (B) gerar um *hash* do documento utilizando o algoritmo SHA-256 e anexá-lo ao documento sem qualquer proteção adicional.
- (C) empregar um protocolo de encapsulamento de segurança, como o TLS, para a transmissão do documento entre as partes.
- (D) utilizar um algoritmo de criptografia simétrica, como o AES, para cifrar o documento com uma chave secreta compartilhada previamente.
- (E) cifrar o documento inteiro com a chave pública do destinatário usando um algoritmo de criptografia assimétrica, como o RSA.

QUESTÃO 23

Considere que uma empresa do setor financeiro, com vistas a reforçar a segurança de seus sistemas e cumprir regulações de proteção de dados, tenha implementado um conjunto de medidas. A principal delas consistiu em estabelecer uma política de controle de acesso que define, com base no princípio do menor privilégio, as permissões de acesso dos funcionários a dados sensíveis, exigindo aprovação formal do gestor da área e do gestor da informação para qualquer concessão de acesso.

Com base na situação descrita, é correto afirmar que o tipo de controle de segurança da informação utilizado é o

- (A) técnico, pois envolve a configuração direta de permissões em sistemas operacionais e bancos de dados.
- (B) físico, pois se aplica ao acesso dos funcionários às instalações onde os dados são processados.
- (C) de detecção, pois tem o objetivo de identificar tentativas de acesso não autorizado em tempo real por meio de monitoramento.
- (D) corretivo, pois tem como objetivo principal reverter os danos causados por um acesso indevido já ocorrido.
- (E) administrativo, pois estabelece um processo organizacional e define políticas e procedimentos para a gestão de acessos.

QUESTÃO 24

No que tange à proteção do usuário do serviço público, conforme as diretrizes e os direitos básicos estabelecidos na Lei nº 13.460/2017, assinale a alternativa correta.

- (A) O quadro geral dos serviços públicos deve ser publicado a cada dois anos, e o princípio da continuidade do serviço impede que seja desligado, mesmo em caso de inadimplemento do usuário.
- (B) Entre as diretrizes a serem observadas, estão a presunção de boa-fé do usuário e a autenticação de documentos pelo próprio agente público à vista dos originais, sendo vedada, em regra, a exigência de reconhecimento de firma.
- (C) O atendimento ao usuário será realizado estritamente por ordem de chegada, sem ressalvas ou prioridades, e os agentes públicos devem priorizar o uso de linguagem técnica e siglas para garantir a precisão da informação.
- (D) Em caso de inadimplemento, a concessionária pode desligar o serviço a qualquer hora do dia ou da noite, bastando uma comunicação prévia, e a taxa de religação será sempre devida após o pagamento do débito.
- (E) Para garantir a segurança dos atos, o agente público deve, como regra geral, exigir o reconhecimento de firma dos documentos apresentados pelo usuário e solicitar nova prova acerca do fato que já foi comprovado anteriormente em documentação válida.

QUESTÃO 25

A atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública é denominada

- (A) serviço público.
- (B) manifestação pública.
- (C) agente público.
- (D) administração pública.
- (E) administração gerencial.

QUESTÃO 26

Considerando os direitos básicos do usuário de serviços públicos, conforme estabelecido pela Lei nº 13.460/2017, assinale a alternativa que descreve corretamente um conjunto de direitos e vedações garantidos ao cidadão.

- (A) O usuário tem direito à obtenção de informações precisas a respeito dos serviços, como horário de funcionamento e taxas, mas não tem direito de acesso a informações acerca da tramitação dos próprios processos administrativos.
- (B) O usuário tem direito à proteção das próprias informações pessoais e a participar da avaliação dos serviços, e a prestação de um serviço pode ser suspensa por inadimplência a qualquer dia da semana, desde que haja comunicação prévia.
- (C) A lei garante ao usuário a liberdade de escolha entre os meios de serviço oferecidos, mas veda o acesso a informações pessoais constantes em bancos de dados do governo, com vistas à proteção da privacidade.
- (D) O usuário tem o direito de atuar de forma integrada na expedição de certidões, de obter informações a respeito da localização exata do serviço e de ser comunicado previamente acerca da suspensão de um serviço, sendo vedada a suspensão por inadimplência que se inicie em feriados ou no dia anterior a feriados.
- (E) O principal direito do usuário é a obtenção de serviços gratuitos, sendo vedada a cobrança de quaisquer taxas ou tarifas, independentemente da natureza do serviço prestado.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei de Proteção do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460/2017), a Carta de Serviços ao Usuário

- (A) deve listar os serviços oferecidos e os locais de atendimento, mas não precisa informar a respeito de prazos máximos para a prestação do serviço, pois esses são definidos internamente.
- (B) deve focar nos compromissos de qualidade, como prioridades de atendimento e tempo de espera, e considerar a divulgação dos requisitos e documentos necessários para acessar o serviço uma medida opcional.
- (C) tem como principal função informar o nome e a matrícula dos servidores responsáveis pelo atendimento, e não é necessário detalhar os mecanismos de comunicação com os usuários.

- (D) deve informar as principais etapas para o processamento do serviço, a previsão do prazo máximo para sua prestação e os locais e formas para o usuário apresentar manifestações.
- (E) é um documento que, uma vez publicado no sítio eletrônico do órgão, não precisa ser atualizado, e a respectiva operacionalização é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo federal.

QUESTÃO 28

A Lei nº 13.709/2018 (LGPD) prevê diversas hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados pessoais, ainda que sem o consentimento do titular. Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, desde que sejam respeitados os direitos e liberdades fundamentais do titular.
- (B) O tratamento de dados pessoais exige consentimento prévio e expresso do titular em qualquer hipótese, sem exceções previstas em lei.
- (C) A existência de contrato entre o titular e o controlador dispensa a aplicação dos princípios gerais previstos na LGPD.
- (D) O cumprimento de obrigação legal ou regulatória só autoriza o tratamento de dados pessoais após manifestação expressa da ANPD.
- (E) A proteção do crédito justifica o tratamento de dados pessoais apenas mediante decisão judicial previamente proferida.

QUESTÃO 29

A Lei nº 13.709/2018 (LGPD) distingue as figuras do controlador e do operador, estabelecendo obrigações específicas para cada agente de tratamento. Considerando essa distinção e as responsabilidades atribuídas pela legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) O controlador pode transferir sua responsabilidade para terceiros por meio de contrato, eximindo-se de responder por danos decorrentes do tratamento de dados.
- (B) O operador, por ser responsável apenas pela execução técnica do tratamento, está legalmente dispensado de adotar medidas de segurança, ainda que se trate de dados sensíveis.
- (C) O controlador responde solidariamente com o operador, independentemente de culpa, sempre que ocorrer qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.
- (D) O operador tem autonomia para alterar a finalidade do tratamento de dados, desde que notifique previamente o controlador.
- (E) O controlador é o agente responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e deve adotar medidas para demonstrar a conformidade com a LGPD, inclusive quanto à atuação dos operadores sob sua responsabilidade.

QUESTÃO 30

A segurança da informação é um dos pilares da proteção de dados pessoais, abordada por *frameworks* internacionais e boas práticas que influenciam diretamente a conformidade de organizações públicas e privadas. Com base nas diretrizes de segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo conhecido como a tríade CIA estabelece os princípios da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade como fundamentos essenciais para a proteção da informação.
- (B) A confidencialidade da informação é garantida exclusivamente por medidas físicas de controle de acesso, como trancas e barreiras estruturais.
- (C) A integridade da informação refere-se à sua proteção contra vazamentos, garantindo que somente usuários autorizados possam acessá-la.
- (D) A disponibilidade de dados é assegurada unicamente por políticas de *backup* em mídia física, e não se aplicam a ambientes de nuvem.
- (E) A adoção de boas práticas de segurança da informação é obrigatória apenas quando a organização opera com dados sensíveis.

QUESTÃO 31

A Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e serviu como base normativa para a posterior edição da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No que se refere à interface entre as mencionadas normas, assinale a alternativa correta.

- (A) A guarda dos registros de acesso a aplicações de internet é obrigatória por prazo mínimo de um ano para todos os provedores, independentemente de solicitação expressa do usuário.
- (B) O Marco Civil da Internet autoriza o fornecimento de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet diretamente pelas operadoras ao Poder Judiciário, sem necessidade de ordem judicial.
- (C) O Marco Civil da Internet antecipou o reconhecimento da proteção de dados como direito fundamental, ao estabelecer o direito à inviolabilidade e à proteção dos dados pessoais nos acessos à internet.
- (D) A LGPD revogou as disposições do Marco Civil da Internet relativas à neutralidade de rede, substituindo-as por regras próprias relacionadas ao fluxo de dados pessoais na internet.
- (E) O consentimento previsto no Marco Civil da Internet é presumido quando o usuário realiza o primeiro acesso ao conteúdo digital, mesmo que não tenha havido manifestação livre, informada e inequívoca.

Área livre

QUESTÃO 32

A disciplina jurídica da internet no Brasil envolve normas específicas acerca da guarda, do acesso e do tratamento de dados, tanto pessoais quanto de uso da rede. Considerando o disposto no Marco Civil da Internet e sua articulação com a LGPD, assinale a alternativa correta.

- (A) O provedor de conteúdo é obrigado a armazenar registros de navegação de todos os usuários por, no mínimo, cinco anos, independentemente da finalidade do serviço prestado.
- (B) O provedor de conexão à internet deve manter os registros de conexão sob sigilo e armazená-los pelo prazo de um ano, podendo fornecê-los somente mediante ordem judicial.
- (C) A LGPD determina que qualquer tratamento de dados em ambiente digital deve ser previamente autorizado pela ANPD, inclusive nos casos de cumprimento de obrigação legal.
- (D) O Marco Civil da Internet admite o fornecimento direto de dados cadastrais do usuário às autoridades públicas, sem necessidade de justificativa formal.
- (E) A LGPD isenta os agentes de tratamento da obrigação de garantir segurança da informação quando o dado for coletado por meio da navegação anônima na internet.

QUESTÃO 33

No tratamento de pedidos de acesso à informação com base na Lei nº 12.527/2011 (LAI), é necessário compatibilizar os princípios da Administração Pública com os direitos fundamentais dos indivíduos. Quanto ao tratamento de dados pessoais nessa relação, assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção de dados pessoais garante sigilo absoluto, independentemente do interesse público ou da função pública do titular.
- (B) O simples fato de a informação constar em banco de dados de órgão público torna obrigatória sua divulgação, inclusive se contiver dados sensíveis.
- (C) Dados pessoais de agentes públicos em exercício não podem ser divulgados, ainda que sejam relacionados à função desempenhada.
- (D) Quando um pedido de acesso envolve dados pessoais, a autoridade pública deve avaliar se o interesse público justifica a divulgação, considerando critérios como finalidade, adequação e necessidade.
- (E) O pedido de acesso à informação que envolva dados pessoais deve ser negado de forma automática, sem necessidade de motivação específica.

Área livre

QUESTÃO 34

Nas relações de consumo, a proteção de dados pessoais deve considerar tanto as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) quanto as diretrizes LGPD. Com base na articulação entre esses dois diplomas, assinale a alternativa correta.

- (A) A obtenção do consentimento para o tratamento de dados pessoais elimina a obrigação do fornecedor de garantir a segurança da informação.
- (B) O tratamento de dados do consumidor deve respeitar o princípio da transparência, o qual obriga o fornecedor a informar, de maneira clara e acessível, as finalidades da coleta e os critérios de compartilhamento dos dados.
- (C) O exercício do direito de acesso aos dados pessoais pelo consumidor depende da demonstração de prejuízo concreto decorrente do uso indevido de suas informações.
- (D) O fornecedor está dispensado de informar a respeito do uso de decisões automatizadas caso os dados utilizados tenham sido fornecidos espontaneamente pelo consumidor.
- (E) O CDC não se aplica ao tratamento de dados pessoais, pois esse tema é regulado exclusivamente pela LGPD.

QUESTÃO 35

Em relação aos modelos de inteligência artificial (IA), assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo de aprendizado por reforço é utilizado apenas para análise de dados estáticos, não sendo aplicável em sistemas que envolvem interação dinâmica com o ambiente.
- (B) Sistemas fundamentados exclusivamente em regras lógicas não são considerados modelos de inteligência artificial, pois não possuem capacidade de aprendizado.
- (C) Modelos de IA supervisionada são incapazes de realizar previsões quando expostos a dados previamente não vistos, limitando sua aplicabilidade prática.
- (D) Modelos de aprendizado não supervisionado necessitam de dados rotulados para ajustar seus parâmetros e identificar tendências nos conjuntos analisados.
- (E) Redes neurais artificiais são modelos inspirados no funcionamento do cérebro humano, capazes de aprender a partir de grandes volumes de dados e ajustar seus pesos para reconhecer padrões complexos.

Área livre

QUESTÃO 36

No contexto do tratamento de dados pessoais por sistemas de inteligência artificial (IA), a LGPD impõe diversas obrigações aos agentes de tratamento. Considerando as especificidades da IA e a proteção de dados, assinale a alternativa correta.

- (A) Sistemas de IA que processam dados pessoais sensíveis estão dispensados da necessidade de adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança específicas, por se tratar de atividade inovadora e experimental.
- (B) A LGPD permite o uso irrestrito de dados pessoais para treinamento de modelos de IA, independentemente do consentimento, desde que os dados sejam anonimizados posteriormente.
- (C) O tratamento automatizado que envolva decisões que afetem direitos do titular exige, sempre que possível, a disponibilização de mecanismos para revisão humana, assegurando a possibilidade de contestação e de explicação a respeito dos critérios utilizados.
- (D) O controlador pode transferir dados pessoais para modelos de IA localizados no exterior sem observância dos requisitos previstos na LGPD, desde que haja interesse comercial relevante.
- (E) A obrigação de informar ao titular acerca da utilização de sistemas de IA para tratamento de seus dados pessoais aplica-se somente quando a decisão automatizada gerar efeitos jurídicos, excluindo-se casos de análise interna e meramente preditiva.

QUESTÃO 37

Considerando os modelos avançados de inteligência artificial, assinale a alternativa correta acerca das redes neurais profundas (*deep learning*) e seus desafios no contexto da proteção de dados pessoais.

- (A) As redes neurais profundas eliminam a necessidade de grandes volumes de dados para treinamento, reduzindo os riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais.
- (B) Redes neurais profundas, em função de sua complexidade e grande número de parâmetros, dificultam a explicabilidade das decisões, o que impõe desafios para a transparência exigida pela LGPD em tratamentos automatizados.
- (C) O treinamento de redes neurais profundas é isento de restrições legais quando os dados utilizados são coletados de fontes públicas, sem necessidade de bases legais previstas na LGPD.
- (D) A aplicação de redes neurais profundas em sistemas automatizados exige que o controlador realize avaliações periódicas dos impactos na privacidade, para assegurar conformidade com a LGPD.
- (E) A arquitetura das redes neurais profundas permite a identificação clara e inequívoca dos dados pessoais usados em cada decisão automatizada, simplificando a conformidade legal.

Área livre

QUESTÃO 38

As falhas de mercado demonstram que o livre mercado nem sempre é justo e eficiente, o que justificaria a intervenção estatal. Assim, a teoria da regulação busca explicar como e porque os governos intervêm nos mercados por meio de regras, normas e controles. De acordo com a teoria do interesse público (teoria da regulação), o mercado

- (A) é capaz de lidar com as falhas de mercado com a utilização de arranjos contratuais privados.
- (B) é natural e autorregulado, e as falhas de mercado são vistas como anomalias pontuais.
- (C) tende naturalmente ao equilíbrio, o que só justificaria intervenções pontuais do Estado.
- (D) apresenta falhas estruturais, sistemáticas e inerentes, que são o padrão normal do modo de produção capitalista.
- (E) produz resultados eficientes, mantendo a eficiência produtiva e alocativa da economia.

QUESTÃO 39

A teoria da regulação apresenta fundamentos que justificam a intervenção estatal na economia, por meio da regulação, com base no pressuposto de que os reguladores agem no interesse público. Contudo, na prática, verifica-se, em muitos casos, a ineficiência da regulação. Nesse contexto, assinale a alternativa que expressa a ideia central da teoria da captura.

- (A) A regulação serve ao interesse público, promovendo o bem-estar social.
- (B) A captura ocorre sempre por meio de um processo de corrupção explícita, também chamado de captura intelectual, no qual os ex-reguladores assumem cargos relevantes nas empresas que fiscalizavam.
- (C) Com o passar do tempo, a agência, que deveria defender o interesse público, passa a atuar em favor dos interesses do setor regulado.
- (D) A teoria está fundamentada no pressuposto de que os indivíduos são racionais e buscam maximizar sua utilidade, promovendo o ajuste automático, isto é, o equilíbrio entre regulação e liberdade econômica.
- (E) Assim como há falhas de mercado, há falhas de governo, ou seja, a intervenção estatal não é um mecanismo perfeito para correção de falhas de mercado.

Área livre

QUESTÃO 40

O modelo das três linhas de defesa, amplamente utilizado na gestão de risco, estabelece papéis e responsabilidades para o gerenciamento eficaz de risco em uma organização. O modelo permite que o risco seja identificado, gerenciado e monitorado, e cada linha representa um nível diferente de controle e supervisão. Um benefício que decorre diretamente da aplicação do modelo é que as três linhas de defesa

- (A) permitem identificar as forças e as fraquezas do ambiente interno e as oportunidades e ameaças do ambiente externo.
- (B) eliminam os riscos decorrentes da gestão operacional.
- (C) ajudam a definir os limites de exposição e a tolerância ao risco na organização.
- (D) atribuem à auditoria interna, atuando de forma independente, a responsabilidade pelo monitoramento da aderência da organização às políticas e normas estabelecidas pela governança.
- (E) estabelecem múltiplas camadas de defesa contra riscos, em que cada linha complementa as outras.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa que corresponde ao resultado do uso da matriz FOFA (matriz SWOT, em inglês) como ferramenta de gestão de riscos, com o objetivo de melhor compreender o ambiente externo.

- (A) Sistemas de controles eficazes e recursos limitados
- (B) Equipe altamente qualificada e abertura de novos mercados
- (C) Processos inadequados e alterações regulatórias
- (D) Aumento de demanda por inteligência artificial e ataques cibernéticos crescentes
- (E) Expansão internacional e alta dependência de um único fornecedor

QUESTÃO 42

A matriz de riscos, também chamada de mapa de calor, é uma ferramenta que permite avaliar o nível de risco. Acerca desse assunto, é correto afirmar que essa ferramenta

- (A) é sempre uma matriz do tipo 3 x 3.
- (B) permite identificar e priorizar os riscos que estão além do apetite ao risco da organização.
- (C) combina o impacto com a probabilidade de ocorrência do evento, sendo a probabilidade a dimensão mais importante da matriz.
- (D) classifica o impacto em três níveis distintos: aceitar, evitar e transferir.
- (E) define o tratamento que deve ser dado ao risco, cabendo ao gestor executá-lo.

Área livre

QUESTÃO 43

Programa de Vacinação Municipal

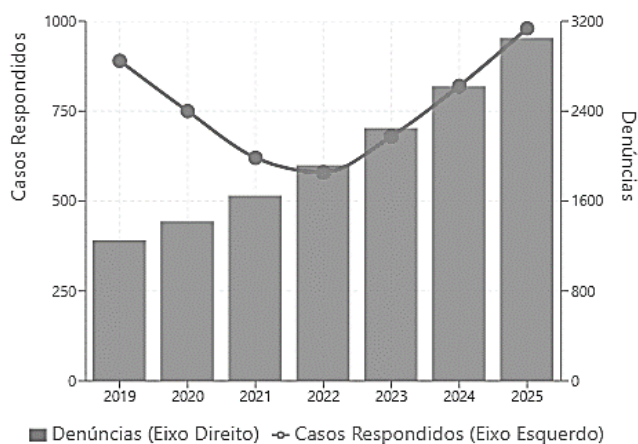
Tabela Original dos Dados

Distrito	Postos Vacinação	Cobertura Média	Desvio Padrão	Mediana	Coef. Variação
Centro	8	85,2%	6,8%	86,0%	8,0%
Norte	12	76,4%	12,4%	78,0%	16,2%
Sul	10	74,1%	15,2%	72,5%	20,5%
Leste	6	68,3%	9,7%	69,0%	14,2%
Oeste	9	81,6%	8,1%	82,0%	9,9%

A tabela apresentada mostra a estatística descritiva, por distrito, do programa de vacinação. Assinale a alternativa correspondente ao distrito que apresenta distribuição assimétrica à esquerda, cujos postos têm desempenho muito similar entre si.

- (A) Centro
- (B) Norte
- (C) Sul
- (D) Leste
- (E) Oeste

QUESTÃO 44



O gráfico apresentado mostra a evolução do número de denúncias de violação *versus* o número de casos resolvidos. A análise do gráfico permite concluir que

- (A) a taxa de resolução está atualmente em torno de 50%.
- (B) a taxa de resolução melhorou, após atingir o menor valor em 2022, superando o número de denúncias em 2025.
- (C) a melhor taxa de resolução foi obtida em 2019.
- (D) o número de casos respondidos foi maior que o de denúncias entre 2020 e 2021.
- (E) não há mais casos de denúncia pendentes de resposta desde 2024.

Área livre

QUESTÃO 45

Considerando o papel do Estado no campo da inovação, diversos autores argumentam que o setor público não apenas responde a falhas de mercado, mas também atua como agente propulsor de transformações estruturais, especialmente diante de desafios contemporâneos complexos. Com base nessa perspectiva e nas diferentes formas de atuação do Estado na inovação, assinale a alternativa que melhor exemplifica uma inovação institucional política promovida pelo governo.

- (A) Implementação de plataformas digitais que integram dados da saúde pública, com vistas à melhoria do atendimento e à redução de custos.
- (B) Criação de uma agência reguladora para supervisionar o setor de telecomunicações após a privatização do serviço.
- (C) Fomento público à pesquisa científica por meio de recursos destinados a universidades e centros tecnológicos.
- (D) Desenvolvimento de laboratórios de inovação governamental voltados à experimentação de soluções em serviços públicos.
- (E) Estabelecimento de conselhos deliberativos com participação cidadã em decisões acerca de políticas públicas setoriais.

Área livre

QUESTÃO 46

Embora existam algumas práticas voltadas à atuação estratégica das organizações no que tange à aplicação da noção de competências, o caminho a percorrer ainda é longo, principalmente no setor público. Nesse segmento, em especial, a noção de competências apresenta uma concepção mais individual do que coletiva, com práticas isoladas dentro do sistema de gestão de pessoas. Contudo, talvez seja nesse segmento que as competências individuais e coletivas passem a ter um sentido estratégico para os gestores públicos.

TAMADA, R. C. P.; CUNHA, I. C. K. O. Gestão por competências na administração pública brasileira: uma revisão integrativa da literatura. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 73, n. 3, p. 426-450, 2022.

Com base nas observações de Tamada e Cunha relacionadas à gestão por competências no setor público brasileiro, assinale a alternativa que apresenta os esforços mais adequados para a consolidação de uma política efetiva de gestão por competências nesse segmento.

- (A) Promover capacitações contínuas que estejam alinhadas às necessidades institucionais, desenvolver avaliações de desempenho com foco no aprimoramento individual da produtividade, e definir conjuntos de competências que reflitam a complexidade das funções desempenhadas.
- (B) Fortalecer o papel estratégico da gestão de pessoas nas decisões organizacionais, alinhar o desenvolvimento de competências aos objetivos institucionais, e articular práticas de avaliação e reconhecimento que integrem dimensões individuais e coletivas do trabalho.
- (C) Valorizar as competências tácitas adquiridas na prática diária, incentivar o protagonismo do servidor no próprio desenvolvimento, e adaptar os programas de capacitação às especificidades dos contextos organizacionais e às mudanças nas demandas públicas.
- (D) Mapear não apenas as competências técnicas por cargo, mas também as competências comportamentais requeridas, criar trilhas de desenvolvimento com base em padrões funcionais, e aplicar critérios objetivos e transparentes para progressão funcional na carreira.
- (E) Estabelecer diretrizes normativas claras para o desenvolvimento de competências em nível central, fortalecer os processos decisórios nos níveis superiores da administração e organizar programas de capacitação com base nas características operacionais de cada setor.

Área livre

QUESTÃO 47

A crescente complexidade de problemas públicos tem demandado do Estado inovações que vão além de soluções tecnológicas ou administrativas, exigindo fortalecimento da capacidade adaptativa e integração com gestão do conhecimento. Nesse sentido, a inovação governamental aliada à gestão do conhecimento deve ser compreendida como um(a)

- (A) esforço de modernização com base na digitalização de serviços, na adoção de boas práticas de gestão e na ampliação do uso de canais digitais de interação com o cidadão.
- (B) tendência orientada à eficiência administrativa, com foco na padronização de serviços, no uso intensivo de indicadores e na racionalização das estruturas de governo.
- (C) resposta institucional a pressões sociais, com foco na reformulação pontual de políticas públicas, na flexibilização de normas e na melhoria da imagem do Estado.
- (D) abordagem voltada à coleta de dados operacionais, à automação de rotinas administrativas e ao uso de sistemas informacionais para controle de fluxos e processos.
- (E) processo estratégico que articula aprendizado organizacional contínuo, mecanismos institucionais de retroalimentação e revisão sistemática de normas e práticas de gestão.

Área livre

QUESTÃO 48

Conforme previsto na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um dos instrumentos integrantes do sistema de planejamento orçamentário da Administração Pública. Ela serve de elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), orientando a elaboração do orçamento para o exercício financeiro seguinte.

De acordo com a legislação vigente, assinale a alternativa que indica corretamente os elementos que devem necessariamente compor a LDO.

- (A) Os programas de governo com estimativas de impacto fiscal em médio prazo, a projeção da dívida consolidada líquida e o detalhamento das transferências constitucionais obrigatórias aos entes subnacionais.
- (B) As prioridades de investimento de longo prazo, as diretrizes de aplicação de recursos vinculados, as metas de renúncia fiscal e o cronograma de liberação de recursos para emendas parlamentares.
- (C) A consolidação dos resultados fiscais dos três últimos exercícios, o demonstrativo das despesas com pessoal da União e os critérios de partilha das receitas da seguridade social entre os entes federados.
- (D) As metas e prioridades da Administração Pública federal, as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, as alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) As metas físicas dos programas governamentais, o demonstrativo da execução orçamentária do exercício anterior, a estimativa da inflação acumulada no exercício subsequente e os parâmetros para correção monetária da dívida mobiliária federal.

Área livre

QUESTÃO 49

A secretaria de planejamento de determinado município, durante uma auditoria interna, identificou que os serviços de atendimento ao cidadão, nas unidades presenciais, geravam longas filas, tempo elevado de espera e baixa taxa de resolução de demandas no primeiro atendimento. Em resposta, a secretaria pretende revisar o modelo de gestão das unidades, adotando indicadores de desempenho para subsidiar a melhoria contínua dos serviços prestados.

Considerando as boas práticas de gestão pública orientada a resultados, assinale a alternativa que apresenta o conjunto de indicadores mais adequados para acompanhar a eficácia e a eficiência do atendimento nas unidades presenciais.

- (A) Tempo médio de atendimento, taxa de resolutividade no primeiro contato e índice de satisfação dos usuários.
- (B) Índice de absenteísmo dos servidores, tempo médio de espera por atendimento e percentual de atendimento por canal digital.
- (C) Número de servidores por unidade, percentual de metas administrativas cumpridas e índice de uso de recursos orçamentários.
- (D) Tempo de deslocamento dos usuários até a unidade, custo mensal de manutenção predial e tempo médio de atendimento.
- (E) Taxa de participação em treinamentos, percentual de servidores efetivos e número total de atendimentos realizados por mês.

QUESTÃO 50

Uma fundação pública estadual, responsável por projetos de pesquisa e inovação, está prestes a concluir a implementação de um novo sistema de gestão eletrônica de documentos. A equipe gestora, que utilizou o guia PMBOK como referência metodológica, precisa agora conduzir o encerramento formal do projeto, conforme as boas práticas de gerenciamento.

Com base no exposto, assinale a alternativa que indica um conjunto de atividades compatíveis com a fase apresentada.

- (A) Revisar os critérios de aceitação definidos no início do projeto, elaborar plano de reaproveitamento das aquisições e reestimar os prazos de entrega.
- (B) Realizar reunião com os *stakeholders* para discutir acerca de entregas futuras, compilar os riscos identificados para novos projetos e revisar os requisitos não atendidos.
- (C) Obter dos responsáveis a aceitação formal das entregas, registrar as lições aprendidas ao longo da execução e arquivar a documentação do projeto.
- (D) Validar as pendências com a equipe técnica, elaborar nova EAP de acordo com as mudanças ocorridas e incluir riscos remanescentes no plano de resposta.
- (E) Reavaliar os indicadores de desempenho, renegociar os contratos vigentes e revisar o plano de gerenciamento do escopo.

Área livre

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento